

## Resumo:

A dispersão acentuada nas taxa de crescimento entre os países vem renovando o interesse teórico e empírico sobre os fatores determinantes do crescimento econômico no longo-prazo. Uma nova ortodoxia na economia do desenvolvimento afirma-se a partir dos modelos analíticos e dos estudos teóricos e empíricos promovidos pelo Banco Mundial sobre os casos nacionais de “sucesso” e “fracasso”, notadamente no sudeste asiático e na América Latina. A reação tanto teórica quanto empírica a estes estudos, conclusões e recomendações vem estimulando diversas correntes de pensamento não ortodoxo. A partir de uma resenha crítica desta produção não ortodoxa, propõe-se no presente artigo, a identificação de um conjunto de questões e problemas necessários a uma abordagem compatível com a tradição da economia política do desenvolvimento.

## O RESSURGIMENTO DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO\*

Carlos Aguiar de Medeiros

Professor Adjunto do IE/UFRJ

### **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, houve uma intensa produção intelectual sobre a economia do desenvolvimento, um tema visivelmente em declínio nos anos 70 e primeira metade dos anos 80. Este renascimento se deu tanto no plano teórico, com o renovado interesse do pensamento neoclássico sobre o progresso técnico e o desenvolvimento econômico, quanto no plano empírico centrado nas discussões sobre a convergência (e divergência) de renda e sobre as distintas performances econômicas entre Ásia e A.L.

O objetivo deste texto é mapear e discutir as principais formulações teóricas e interpretações sobre fatos estilizados produzidas por autores não neoclássicos e apontar a partir de sua crítica, um roteiro de questões e opções metodológicas voltadas a reconstrução de uma economia política do desenvolvimento.

### **Alguns Fatos Estilizados**

Antes de abordarmos brevemente as questões postas pelos economistas heterodoxos, convém considerar alguns fatos estilizados sobre o crescimento econômico dos países periféricos no pós-guerra.

Em um influente estudo utilizando dados baseados no Purchasing Parity Power (PPP), Summers e de Long (1991) considerando uma amostra de mais de 60 países entre 1960 e 1985 chegam a duas conclusões especialmente importantes:

- o investimento em bens de capital resultou ser o primeiro determinante do crescimento das taxas nacionais de produto por habitante;
- as nações que investiram mais em bens de capital e com o mesmo estágio de desenvolvimento inicial obtiveram um crescimento mais rápido entre 1960 e 1980.

No período de 1965 a 1990, foi notável a diferença em termos de dispersão de taxas de crescimento inter nações entre dois subperíodos: o de 1965 a 1980, e o de 1980 e 1990. Neste segundo período constata-se um "great continental divide" (Singh, 1995). Assim, por exemplo, o Brasil no período 1965/1980 apresentava indicadores semelhantes ao das economias de alta performance; no período 1980/1990 a performance dos países asiáticos foi extraordinária e discrepou, no seu conjunto, das demais regiões.

Estas duas observações - a relação entre investimento em bens de capital e taxa crescimento econômico per capita e a dispersão regional das taxas de crescimento econômico- constituem dois fatos estilizados centrais sobre o desenvolvimento econômico no pós-guerra e, será em torno deles que procurar-se-á identificar os principais problemas e lacunas nas interpretações sobre o desenvolvimento comparado.

Em relação a dispersão regional das taxas de crescimento entre os anos 80 e 90 cabe advertir desde logo que o "nacionalismo metodológico", como ironicamente denominou Gore (1995) o enfoque exclusivamente centrado nas políticas econômicas e respostas nacionais a desafios externos, é insatisfatório. Ele não é plausível quando se tem em conta o regime de alto crescimento que se afirmou em países tão dessemelhantes quanto Tailândia, China e Coreia em contraste com um de baixo crescimento em países igualmente dessemelhantes como Brasil, México e Argentina.

### **As Interpretações Heterodoxas**

É possível dizer que o traço mais geral e explícito das interpretações heterodoxas é a afirmação da efetividade da política industrial enquanto estratégia de industrialização dos países "late-comers". Em relação ao "continental divide" pós 80 não há propriamente um leito comum. É possível dizer, no entanto, que a maioria das interpretações salienta as diferentes trajetórias nacionais anteriormente percorridas. Supõe-se que estas trajetórias capacitaram as economias de forma muito distinta tanto para o aproveitamento das novas oportunidades quanto para o enfrentamento das restrições impostas pelo ambiente externo.

Em sua formulação mais forte, mas certamente não consensual entre autores heterodoxos, a proposição é de que o desenvolvimentismo asiático guiado por objetivos estratégicos liderou e não seguiu o mercado (Wade 1990). Esta formulação é comum a numerosos estudos comparativos relativos a países como Japão, Coreia e

Taiwan e descreve uma trajetória que se inicia no imediato pós-guerra.

Nestas abordagens a taxa de acumulação de capital e a incorporação do progresso técnico são apontadas como as variáveis centrais para o "catch up" e a superior performance destas economias.

São diversas as análises, evidências e teorias subjacentes às proposições heterodoxas. Uma matriz amplamente reconhecida é o estudo de Gershenkron (1973) sobre as industrializações tardias do séc. XIX. A principal proposição é de que o aproveitamento das oportunidades tecnológicas decorrentes do atraso econômico requer um conjunto de instituições promotoras do desenvolvimento. A formulação mais geral aplicada a países asiáticos é a de Amsden (1989) que procura generalizar o que denomina de "industrialização por aprendizagem". As relações entre empresa e governo, os mecanismos de coordenação e difusão de informações, o financiamento de longo prazo e as instituições reguladoras dos mercados (do trabalho e do dinheiro) constituem os principais temas destas interpretações. De uma maneira geral, Keynes e Schumpeter ao lado de autores institucionalistas como Polanyi são as principais referências teóricas.

O sucesso das industrializações japonesa, coreana ou taiwanesa deve-se, nesta perspectiva, à existência de instituições e políticas seletivas (de alocação de crédito, de subsídios, de câmbio e de mecanismos de recompensa) que anteciparam as vantagens comparativas nacionais acelerando a taxa de investimento em indústrias com maior densidade tecnológica e expansão internacional. Aqui encontrar-se-ia o núcleo da política industrial, responsável pela superior estratégia de desenvolvimento ocorrida no leste da Ásia: a intervenção do governo e os mecanismos desenvolvidos de articulação com as empresas nacionais viabilizaram e provocaram mudanças estruturais, favorecendo indústrias em que o grau de mecanização e a intensidade de capital não corresponderiam a um padrão de industrialização "normal" guiado pela dotação natural de fatores produtivos (Chenery, 1960). Assim, ao contrário da visão do BIRD, argumenta-se que a política industrial (tarifas, restrições não tarifárias, subsídios, metas de exportação, cláusulas de conteúdo nacional, discriminação de crédito e de câmbio) ao promover setores estratégicos com maior potencial de crescimento da demanda externa acelerou o crescimento econômico e a incorporação de progresso técnico.

Por que estas políticas foram tão bem sucedidas? Parcela importante da literatura de industrialização comparada debruça-se sobre este tema.

Abordagens como as de Haggard (1990, 1995) privilegiam aspectos políticos e institucionais para o entendimento das escolhas de estratégias nacionais de desenvolvimento praticadas e para a eficácia de sua implementação. O livro "Manufacturing Miracles" (Gereffi e Wyman, 1990), por exemplo, constitui uma coletânea representativa das diversas abordagens não ortodoxas aplicadas às diferentes trajetórias percorridas na Ásia e América Latina (A.L.). Em síntese elas apresentam em comum o reconhecimento de que a produção e a exportação de manufaturas foi a máquina de crescimento asiática; o seu êxito ao longo de um período prolongado de tempo, deve-se a um conjunto diferenciado de fatores históricos e institucionais.

Para um autor como Fanzylber (1989, 1990) as trajetórias distintas de industrialização não podem ser reduzidas à estratégias e opções nacionais mas a padrões historicamente construídos. Estes foram muito diferentes na Ásia e A.L: a existência ou não de recursos naturais, o papel das elites, a maior ou menor gravitação da industrialização nacional às decisões das empresas transnacionais, os padrões de consumo, a articulação social são apontados como condicionantes das estratégias nacionais e do maior ou menor sucesso em termos de desenvolvimento econômico e social.

A despeito da riqueza temática e histórica de algumas contribuições, é frustrante, no entanto, buscar em boa parte desta literatura conexões teoricamente consistentes sobre as determinações entre as diversas dimensões abordadas. Este certamente é o caso nas análises que procuram identificar um estilo de industrialização diferente entre Ásia e A.L e, ao mesmo tempo, relacioná-lo com a superior taxa de acumulação de capital e mais ainda, com a notável diferenciação ocorrida nos anos 80.

Existem algumas questões centrais para os estudos comparados em desenvolvimento econômico nem sempre consideradas. Assim, por exemplo, no caso das novas economias industrializadas (NIES) do sudeste asiático, como foi possível sustentar no longo prazo elevada taxa de crescimento econômico com mudança estrutural e, ao mesmo tempo, preservar a consistência macroeconômica, em particular a do balanço de pagamentos? Em que sentido as opções estratégicas de desenvolvimento na Ásia e na A.L foram moldadas pelo tipo de inserção internacional? Nos estudos comparativos quais as diferentes questões postas pela industrialização em economias insularizadas e economias continentais?

Alguns trabalhos de extração heterodoxa resumem-se a apresentar explicações distintas para os problemas e questões postas pela ortodoxia. Em diversos trabalhos aceita-se, por exemplo, a polarização "orientação exportadora X industrialização substitutiva de importações (ISI)" como modelos que teriam predominado respectivamente na A.L. e Ásia. A ISI latino-americana teria engendrado um protecionismo "frívolo" e não estratégico avesso a critérios de custo.

Neste mercado seguro e protegido garantiu-se através de elevada margem de lucro espaço para um amplo espectro de técnicas e de produtividade. A crise dos anos 80 revelou a fragilidade estrutural deste modelo. A diferença com a ortodoxia reside nas explicações em que razões históricas e institucionais ganham aqui maior ênfase.

A despeito da profusão de textos em que modelos de crescimento descritos como ISI ou orientados para as exportações são referidos à A.L e Ásia, existem certamente problemas empíricos e teóricos em caracterizar uma trajetória "export-led" em economias como o Japão e a Coreia. É especialmente importante considerar as conexões com a taxa de investimento e, em particular, o processo de deslocamento das exportações para setores mais intensivos em capital. Do mesmo modo é problemática a referência à substituição de importações como descrição de um padrão de desenvolvimento percorrido por Brasil e México nos anos 70.

As questões teóricas e aplicadas a casos nacionais sobre as relações entre crescimento econômico, mercado interno, exportações e progresso técnico acabam sendo diluídas na literatura mais recente do desenvolvimento. A conexão entre exportações e crescimento enquanto um padrão de desenvolvimento não é trivial. A experiência mexicana dos anos 90, por exemplo, combina expansão crescente das exportações manufatureiras com baixas taxas de crescimento e dualismo econômico.

Poucos trabalhos sobre desenvolvimento comparado - com a notável exceção dos economistas nucleados em torno da UNCTAD- problematizam a notável diferenciação regional ocorrida entre Ásia e A.L a partir dos anos 80. A maior parte das análises explícita ou implicitamente procura explicar a distinta performance nos 80s às trajetórias nacionais percorridas nas décadas anteriores. Neste sentido, a expressão "nacionalismo metodológico" atribuída por Gore (1995) ao BIRD também se aplica a boa parte da literatura heterodoxa. Não raro as referências à economia mundial são feitas de forma abstrata como se não houvesse distinção se o observador estivesse na Ásia ou na A.L. Do ponto de vista analítico e histórico esta é uma importante questão, recentemente considerada por Wade (1995). Para a abordagem

dominante o desenvolvimento econômico é uma "maratona" em que todos podem competir. Não existem hierarquias e para os países retardatários o importante é o acesso à tecnologia (um bem livremente apropriável) e ao fluxo de comércio e de capitais.

Análises heterodoxas como a de Amsden (1989) e a do próprio Wade (1990) muito embora reconheçam a importância de aspectos geopolíticos distinguem-se pela crítica ao livre comércio como forma de apropriação do progresso técnico e pela ênfase nas políticas e instituições adequadas à aprendizagem tecnológica. Estas explicariam, em última instância as diferentes possibilidades nacionais e o tipo de inserção da economia na divisão internacional do trabalho.

### **Progresso Técnico, Investimento e Crescimento Econômico**

Consideremos o núcleo teórico do argumento sobre os determinantes endógenos do desenvolvimento econômico. A proposição básica e comum ao argumento heterodoxo baseia-se na hipótese de que as diferenças tecnológicas constituem a causa essencial das diferenças nacionais nos níveis de produtividade. Esta é uma proposição cara a Adam Smith, Marx e Schumpeter. Como antes se considerou, esta proposição encontra-se também incorporada na moderna visão neoclássica do crescimento econômico.

Indiscutivelmente os autores neoschumpeterianos (Freeman, 1994) avançaram mais em seu programa de pesquisa em direção a uma visão do desenvolvimento centrada no progresso técnico. A crítica à nova teoria do crescimento, e as análises microeconômicas sobre o processo inovativo e o ambiente institucional constituem desdobramentos teóricos importantes subjacente a questão da política industrial e das estratégias de desenvolvimento. Nesta corrente de pensamento, é a acumulação tecnológica nas empresas e instituições (Bell e Pavitt, 1993) o fator central para a diferenciação das trajetórias nacionais de desenvolvimento e de inserção internacional. Do ponto de vista analítico a principal discrepância com a teoria neoclássica do crescimento endógeno é a forma de considerar o progresso técnico. Este não é um "maná" livremente apropriável, mas o resultado de complexas interações e trajetórias das empresas e das instituições. Partindo-se deste referencial teórico como explicar discrepância das taxas de crescimento e da elevada taxa de investimento registrada nos países de alta performance? Quais as relações e determinações estabelecidas entre progresso técnico, investimento e crescimento

econômico?

Se para a ortodoxia a incorporação do progresso técnico num determinado país decorre do acesso às inovações geradas na economia mundial através de um "pool" de trabalho qualificado, para a visão schumpeteriana alternativa, os determinantes da incorporação e difusão do progresso técnico decorrem de fatores institucionais e elementos não transmissíveis acumulados nas empresas e instituições, incluindo aqui, em maior ou menor grau, a ação deliberada do estado. Mas quais são os mecanismos de transmissão entre a acumulação tecnológica nas empresas e a trajetória de crescimento? A teoria neoclássica do crescimento (antiga e a atual) parte de uma situação de pleno emprego e a taxa de crescimento do produto per capita decorre dos efeitos cumulativos entre taxa de poupança e produtividade. Nos trabalhos de inspiração schumpeteriana nem sempre encontram-se explícitos os mecanismos de transmissão entre progresso técnico e taxa de crescimento. No entanto, a direção proposta por Schumpeter (1942) é muito clara: é o investimento autônomo associado à introdução de inovações que, através da concorrência, dispara o mecanismo do crescimento econômico. Como antes se considerou, a aplicação desta abordagem para os casos nacionais (Ásia e A.L) consiste em considerar que as economias com alta performance foram as que investiram mais. Mas quais os fatores que sustentaram uma elevada taxa de crescimento econômico ao longo de um período suficientemente longo como o observado?

Antes de considerar alguns problemas teóricos envolvidos convém considerar alguns fatos estilizados.

A questão teórica e empírica sobre as conexões entre crescimento econômico e progresso técnico vem ganhando crescente destaque na literatura neoschumpeteriana. Fagerberg (1994) busca relacionar a tecnologia com diferenças nas taxas de crescimento. Muito embora as abordagens centradas no gap tecnológico de inspiração schumpeteriana busquem conectar o processo inovativo (como por exemplo gastos com P&D) com o crescimento do produto per capita, a única relação empiricamente consistente relacionando taxas de crescimento com nível do produto por habitante no início das séries comparativas é a que consideramos anteriormente: o principal mecanismo de catch-up no período coberto entre 1960 e 1980 foi a taxa de acumulação de capital físico. Relações entre gastos com Pesquisa e Desenvolvimento e nível de produtividade são evidentes mas são obviamente não conclusivas. As correlações com taxas de crescimento não são empiricamente consistentes.



A ampla literatura sobre os fatores de convergência e de catch-up (Maddison, 1984, Abramovitz, 1993) identifica o período de 1960/80 como de forte convergência pelo menos entre os países da OCDE. Wolff (1994) procura identificar os diferentes níveis de convergência entre países da OECD entre 1970 e 88.

Uma observação empiricamente sólida neste estudo é a existência de catch up (fechamento do gap tecnológico entre o país líder e os seguidores em termos de níveis de produtividade) e de convergência (redução da dispersão de produtividades) entre países nos anos 70 com descontinuidade nos 80. Quando se considera o setor manufatureiro os resultados são menos evidentes: o catch-up foi bem menor nos anos 70 e cessou de existir nos 80. Esta observação, válida para as economias da OCDE e o "continental divide" observado entre Ásia e A.L reforçam a proposição de descontinuidade e ruptura ocorrida nos anos 80.

Entre 1970/79 e 1979/88 o declínio observado no crescimento da produtividade tanto do conjunto quanto do setor manufatureiro deve-se quase inteiramente, segundo observa Wolff, à redução da acumulação de capital.

A partir destas observações, segue-se que a ênfase no processo de inovação e mudança tecnológica como motor do desenvolvimento só encontra apoio empírico quando conectada com a taxa de acumulação de capital física.

Se os padrões de distribuição obedeceram a arranjos institucionais nacionalmente determinados, o que as evidências sugerem é que o progresso técnico incorporado em bens de capital e expresso pelo aumento da relação capital por trabalhador afirmou-se como a principal variável relacionada com o aumento do produto per capita. Mas se este é principal fato estilizado sobre o crescimento, é preciso identificar os mecanismos de transmissão e de cumulatividade entre investimento e produtividade e indagar sobre os fatores que determinaram, no longo período considerado, uma elevada taxa de investimento em capital físico em determinados países.

Estas questões, a despeito de sua evidente importância, não vem recebendo especial tratamento no campo dos autores heterodoxos. O programa de pesquisa neoshumpeteriano vem se concentrado nos aspectos relacionados ao processo de aprendizagem e inovações incrementais ao nível das firmas (dissolvendo progressivamente as diferenças conceituais estabelecidas sobre as industrializações tardias e a própria categoria econômica de nação). A passagem deste plano para o do crescimento econômico e do investimento requer mediações, até agora não

suficientemente estabelecidas e aplicadas aos casos nacionais, onde a demanda efetiva e as relações externas das economias não podem ser desconsideradas.

O processo de difusão das inovações e seu impacto macroeconômico e estrutural supõe um determinado regime de crescimento de forma a articular a mudança de técnicas com o aumento de produtividade.

A taxa de investimento é uma questão macroeconômica e estrutural e precisa ser abordada num quadro teórico não convencional. A suposição de que o investimento autônomo inovativo explica em última instância a superior performance das economias asiáticas parece estar presente nas abordagens heterodoxas inspiradas na tradição schumpeteriana. Esta hipótese, no entanto, leva a complexas questões examinadas na teoria do crescimento pós-keynesiana: como foi possível sustentar macroeconomicamente taxas elevadas de investimento compatibilizando os seus efeitos sobre capacidade, demanda efetiva e, especialmente, as restrições do balanço de pagamentos?

A hipótese de que a taxa de crescimento equilibrada no longo prazo é a que corresponde, dada a relação capital/produto, à propensão marginal a poupar, deve-se a Harrod.(1948). A forma como esta relação passou para a antiga literatura do desenvolvimento, como a da CEPAL, foi a de que no longo prazo a taxa de crescimento depende da propensão a poupar. A hipótese de que há uma restrição de poupança (isto é há um estrangimento do lado da oferta) ao crescimento econômico aproxima diferentes visões do desenvolvimento.

Como antes se observou, a explicação ortodoxa para a superior taxa de acumulação asiática centra-se no nível da poupança doméstica. Também para Fanzylber (1990) e os economistas nucleados em torno da CEPAL, o maior dinamismo das economias asiáticas em relação ao registrado entre as latino-americanas deveu-se a maiores taxas de poupança decorrente de um padrão de consumo mais austero. Assume-se aqui, na tradição da CEPAL, haver um trade-off no longo prazo entre investimento e consumo.

Para os economistas heterodoxos da UNCTAD (Akyús (1996), Singh (1996), Gore (1995) a superior taxa de investimento ocorrida nos países asiáticos deve-se não à poupança privada das famílias mas à poupança das corporações alimentadas por uma maior taxa de lucro sustentada por políticas públicas. É possível dizer que a notória influência de Keynes sobre a literatura atual mais comum sobre o desenvolvimento econômico encontra-se contida nas proposições relativas ao tema da

decisão de investir, da coordenação e da redução das incertezas. No entanto, quando o tema desloca-se para o volume e taxa de investimento e, conseqüentemente para a acumulação de capital, não Keynes, mas a economia clássica constitui o paradigma. Fanelli e Frenkel (1990) por exemplo, referem-se ao primeiro tipo de problema, o da intermediação da poupança como o "problema keynesiano" e ao segundo, o da formação da poupança, como o "problema smithiano".

O reconhecimento da importância da demanda efetiva na determinação da taxa de crescimento dos países identifica a visão keynesiana/kaldoriana desenvolvida mais recentemente por autores como Mc Combie e Thirlwall (1994) e de certa forma, incorporadas em análises de autores regulacionistas como Boyer (1995). A difusão desta formulação na literatura internacional sobre o crescimento econômico (referida aqui como abordagem da demanda efetiva) deve-se em grande parte a Kaldor (1978).

Esta abordagem encontra-se, até o presente, à margem do debate principal sobre o renascimento da economia do desenvolvimento, centrada em torno dos mecanismos promotores do progresso técnico com escassa referência sobre a questão da sustentação do crescimento econômico no longo prazo. Segundo Kaldor, a restrição externa constitui o principal constrangimento ao crescimento no longo prazo em economias abertas. Nestas, as exportações através de seus efeitos induzidos sobre o investimento e o consumo e, via o relaxamento dos constrangimentos impostos pela propensão a importar da renda, determina o volume de produção. A existência de retornos crescentes de escala (tanto estáticos quando dinâmicos) conecta o nível da demanda efetiva com a produtividade (Verdoorn) engendrando um círculo virtuoso de crescimento. A demanda efetiva determina assim não apenas o nível da renda, mas também a taxa de crescimento.

Para Kaldor é a existência de retornos crescentes induzidos por uma maior escala de produção que faz da produção industrial a máquina essencial de crescimento econômico. Dixon e Thirlwall (1975) procuraram desenvolver e testar esta abordagem de "export-led growth" definindo como variáveis decisivas para a taxa de crescimento da renda no longo prazo a relação entre a taxa de crescimento das exportações e a propensão a importar (lei de Thirlwall). Existem diversos problemas teóricos nestas formulações, ainda que, no essencial, elas preservam o sentido de determinação keynesiano/kaleckiano ausente das demais abordagens.

A ênfase no investimento e no progresso técnico incorporado encontra, como já se observou, amplo apoio das evidências sobre o processo de catch up. No entanto, a

questão do constrangimento do balanço de pagamentos ao crescimento econômico, hipótese central de Prebisch (1949) sobre a industrialização latino americana, não se confunde, analiticamente, com a determinação da renda interna via multiplicador do comércio exterior. Esta última, uma determinação macroeconômica, depende essencialmente do maior ou menor peso do comércio internacional na renda interna, um parâmetro estruturalmente determinado, e dos vínculos com o investimento interno. A questão do constrangimento do balanço de pagamentos é estratégica para o desenvolvimento. A conexão desta com a política industrial como a praticada historicamente no Japão e Coréia foi amplamente observada. Ao deslocar a produção para bens com maior taxa de crescimento no mercado mundial e controlar por mecanismos tarifários e não tarifários a propensão a importar, estas economias deslocaram a restrição ao crescimento imposta pelo balanço de pagamentos viabilizando altas taxas de crescimento. A passagem de um "regime de demanda" para um regime de "produtividade", na expressão de Boyer (1995), requer portanto introduzir as instituições e estratégias no cenário do desenvolvimento.

### **Repensando A economia Política do Desenvolvimento**

Na resenha apresentada buscou-se identificar as principais abordagens sobre as trajetórias de industrialização no pós-guerra, salientando, segundo cada uma, os fatores determinantes do desenvolvimento no longo prazo, e a polarização nos anos 80.

Em relação ao primeiro aspecto, os fatores determinantes do desenvolvimento econômico, argumentou-se que no plano mais teórico o pensamento ortodoxo passou por um processo de renovação incorporando diversos temas e problemas sugeridos por abordagens heterodoxas. A introdução do progresso técnico como elemento central do crescimento e a relevância dos aspectos institucionais incluindo a política industrial, deixaram de identificar a heterodoxia. Se o alargamento do campo de problemas ocorreu entre os economistas de formação ortodoxa, o mesmo não se passou, pelo menos no plano teórico, entre os heterodoxos. O programa de pesquisa dos autores neoshumpeterianos, progressivamente mais rigoroso e formalizado, tem se concentrado nos processos determinantes das inovações tecnológicas. Há inegável avanço no entendimento do processo inovativo das firmas, e é neste plano que se situa a principal diferença com o pensamento ortodoxo do desenvolvimento econômico. As pontes sugeridas nesta abordagem com a tradição pós-keynesiana destacam as

questões de coordenação, de formação de expectativas e de financiamento do investimento (em geral em economias fechadas). Nos desdobramentos desta abordagem para a economia do desenvolvimento enfatiza-se a importância das regras de coordenação entre empresas e governo e das decisões das empresas sobre inovação. A mensagem final é a afirmação da efetividade da política industrial enquanto uma rede complexa de interações entre decisões e trajetórias empresariais e as políticas públicas voltadas para a aceleração e difusão do progresso técnico.

Há no entanto, como procurou-se salientar, um importante terreno descoberto. As relações entre o progresso técnico e o aumento da produtividade, o crescimento econômico, a mudança estrutural e a demanda efetiva encontram-se desarticuladas na abordagem evolucionista ou construídas, na melhor das hipóteses, de forma ad hoc.

A suposição implícita de que no longo prazo, e portanto no horizonte em que se põem os temas do desenvolvimento econômico só são relevantes as dimensões microeconômicas e institucionais acaba por afirmar, de uma forma ou de outra, que as restrições ao crescimento são decorrentes de fatores da oferta. Assim é que nos estudos aplicados pertencentes a esta abordagem teórica, não se enfatiza ou problematiza a questão da sustentação no longo prazo de elevadas taxas de crescimento do investimento em bens de capital, fato essencial sobre o catch up do pós-guerra. Como antes se salientou, a explicação usual para esta questão tanto para neoclássicos quanto para autores keynesianos baseia-se de uma forma ou outra na magnitude da poupança prévia.

É importante recorrer neste ponto às análises kaldorianas-keynesianas (abordagem da demanda efetiva) para o entendimento do crescimento econômico no longo prazo. Esta abordagem constitui uma característica metodológica essencial (mas certamente não suficiente) para o que se poderia denominar de economia política do desenvolvimento. Com efeito, na tradição da economia clássica e de Marx e neste aspecto também para Keynes, as dimensões macroeconômicas não são o resultado de agregações de decisões microeconômicas, estas, ao revés, encontram-se constrangidas por relações e determinações de coerência e reprodução material da sociedade e, por isto, requerem uma concepção analítica autônoma. Também para institucionalistas como Polanyi (1957) o mercado encontra-se contido numa rede de relações sociais necessárias à reprodutibilidade das condições materiais. São estes mecanismos e relações econômicas e institucionais que configuram um determinado regime de crescimento em que as mudanças tecnológicas introduzidas pelas empresas

são de um lado induzidas e de outro transformadoras deste regime.

Se a antiga economia da CEPAL (a produção dos economistas nucleados em torno de Prebisch nos 50 e 60) possuía um quadro de referência teórico convencional, possuía, por outro lado, uma aguda percepção das conexões e assimetrias entre centro e periferia construídas a partir da divisão internacional do trabalho. Esta abordagem, sempre referida a um determinado contexto histórico/institucional, constitui outro aspecto essencial à uma economia política do desenvolvimento. O fato da abordagem centro-periferia ter gerado desdobramentos excessivamente mecanicistas em torno das teorias da dependência, pode parcialmente explicar o seu abandono nas formulações mais recentes da CEPAL sobre o desenvolvimento na A.L. No entanto, quer num plano mais geral como examinado na geografia econômica, ou no das relações macroeconômicas em economias abertas, ou ainda no das relações políticas internacionais, as transformações associadas à relações internacionais diferenciadas constituem aspectos imprescindíveis para a economia do desenvolvimento.

Tendo em vista estas observações, parece-nos central articular as questões da demanda efetiva e da inserção internacional com o processo endógeno de mudança estrutural.

A proposição mais geral em relação a questão teórica do desenvolvimento econômico que aqui se procura afirmar, é a de que as conexões entre mudança tecnológica e as condições agregadas de coerência no processo de crescimento existentes em cada país são indispensáveis para uma visão abrangente do desenvolvimento econômico. Esta proposição pode ser encontrada de formas diferentes nos trabalhos de Tavares (1986), Dosi (1991), Boyer (1995). Um padrão de desenvolvimento é o resultado de complexas articulações entre a estrutura macroeconômica (relações macroeconômicas que sustentam o crescimento), o sistema produtivo (técnicas e organização do trabalho), regras de coordenação e a ordem internacional (hierarquia de concorrência decorrente dos fluxos comerciais e de capital) (Glyn et al, 1991). Esta abordagem reconhece e incorpora proposições metodológicas que historicamente caracterizaram a economia do desenvolvimento enquanto a descrição de um processo de mudança estrutural em que uma determinada nação altera sua posição na hierarquia internacional. É imprescindível articular as mudanças tecnológicas e a política do desenvolvimento com as transformações no balanço de pagamentos (Kaldor (1978), Prebisch (1963)) e com as hierarquias estabelecidas na ordem internacional (List).

A distinção entre economia continental e economia insularizada não é apenas empírica mas possui diversas implicações sobre a dinâmica do crescimento econômico, a especialização e a questão regional (Kaldor(1978), Tavares(1986) , Krugman(1991)). As conexões entre o investimento e a taxa de crescimento do produto per capita, fato estilizado essencial sobre o desenvolvimento no pós-guerra, remonta a Adam Smith. Os desdobramentos e aplicações em torno da lei de Verdoorn (Thirwall(1983), Kaldor (1978)) são importantes enquanto nexos essenciais, embora não exclusivos, entre os aspectos microeconômicos e macroeconômicos do desenvolvimento.

Observou-se nos estudos de catch-up referidos neste artigo que a existência da nação foi, em si, um fator importante de convergência no pós-guerra. Esta proposição, consistente com as teorias sobre retornos crescentes e escalas e as políticas públicas, nos conduz a um aspecto central ao desenvolvimento econômico: as relações entre produtividade, salários e emprego. A introdução acelerada do progresso técnico em determinados setores e indústrias provoca, a menos de compensações de demanda efetiva, desemprego tecnológico. Neste sentido é necessário identificar como o "regime de demanda" , para se usar uma expressão cara à teoria da regulação (Boyer e Petit(1988), Boyer (1995)), conduz a um "regime de produtividade". É o crescimento econômico generalizado e impulsionado pelo crescimento dos setores estratégicos o fator decisivo para a determinação do elevado nível de emprego registrado nas economias de rápido crescimento. Nesse sentido, as formulações tradicionais do tipo "export-led" devem ser revistas considerando-se que os vínculos econômicos - efeitos de encadeamento como os descritos por Hirschman (1971)- e institucionais (tarifários, fiscais e salariais) entre setores "tradeables" e "non-tradeables" são indispensáveis, e nada óbvios, para explicar como uma coisa leva a outra.

Uma abordagem que reconhece a existência de estrangulamentos de demanda ao crescimento econômico de longo prazo deve necessariamente incorporar a diversificação e difusão de padrões de consumo como uma variável central. No entanto, tanto esta questão como a anterior deve ser considerada num marco analítico em que a existência de economias continentais e insularizadas colocam diferentes problemas sobre a dinâmica das exportações, dos salários e do gasto público.

Em relação às abordagens institucionalistas considera-se indispensável um retorno a rica tradição da sociologia econômica desenvolvida por autores como Polanyi (1944, 1957) e Veblen (1899). Esta tradição, é preciso ressaltar, não se

confunde e, mesmo se opõe, à nova economia institucionalista (Hart(1988), Hansmann(1988), North(1989)) que busca num sentido exatamente contrário da primeira, derivar as instituições da ação do agente individual. Reitera-se aqui, a proposição em que são os princípios extra-mercado, politicamente construídos, que organizam e regulam os mercados na direção nada óbvia ou espontânea do crescimento de longo prazo.

### **Bibliografia Citada:**

- **Abramovitz, M.** (1993) "The Search for the Source of Growth: Areas of Ignorance, Old and New" The Journal of Economic History, vol 53, No 2
- **Amsden, A** (1989) Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization. Oxford University Press
- **Bell, M., Pavitt, K.**(1993) "Technological Accumulation and Industrial Growth: Contrasts Between Developed and Developing Countries", Industrial and Corporate Change Vol.2 N° 2
- **Boyer, R.; Petit, P.** (1988) "The Cumulative Growth Model Revisited", Political Economy, Studies in the Surplus Approach, vol 4, No 1
- **Boyer, R.**(1995) "Contemporary Transformations of The Japanese Wage Labour Nexus in Historical Retrospect and Some International Comparisons" mimeo
- **Cardoso de Melo, J. M.**(1982), O Capitalismo Tardio, Brasiliense
- **CEPAL**(1992) "Equidad y Transformación Productiva: Un Enfoque Integrado" CEPAL
- **Chenery, H.B.**(1960) "Patterns of Industrial Growth", American Economic Review, September
- **Dixon, R. e Thirwall, A. P.** (1975) "A Model of Regional Growth- Rate differences on Kaldorian Lines", Oxford Economic Papers, 27
- **Dosi, G.** (1991) "Una Reconsideración de las Condiciones y los Modelos del Desarrollo. Una Perspectiva "Evolucionista" de la Innovación, el Comercio y el Crecimiento", Pensamiento Ibero Americano, N° 20
- **Fagerberg, J.**(1994) "Technology and International Differences in Growth Rates", Journal of Economic Literature, vol XXXII, September
- **Fanelli, J. M.; Frenkel, R.; Rozenwurcel, G.** (1990) "Growth and Structural Reform in Latin America: Where We Stand" CEDES, mimeo
- **Fanzylber, F.** (1989) "Industrialización en America Latina: de la Caja Negra al Casillero Vacio" Cuadernos de la CEPAL, No 17
- **Fanzylber, F.**(1990) "The United States and Japan as Models of Industrialization" em Gereffi, G.; Wyman, D. L.(1990) Manufacturing Miracles, Paths of Industrialization in Latin America and East Asia, Princeton University Press
- **Freeman, C.**(1994) "The Economics of Technical Change", Cambridge Journal of Economics 18
- **Gereffi, G.**(1990) "Paths of Industrialization: an Overview" em Gereffi, G.; Wyman, D. L. (1990) Manufacturing Miracles, Paths of Industrialization in Latin America and East Asia, Princeton University Press
- **Gershenkron, A.** (1973) "El Atraso Económico en su Perspectiva Historica" em Gershenkron, A. (1973) El Atraso Economico en Su Perspectiva Historica, Ediciones Ariel, Barcelona



- **Glyn, A.; Hughes, A.; Lipietz, A.; Singh, A** (1991) "The Rise and Fall of the Golden Age" em Marglin S.; Schor, J. (1991), The Golden Age of Capitalism, Clarendon Paperbacks
- **Gore, C.** (1996) "Methodological Nationalism and the Misunderstanding of East Asian Industrialization" UNCTAD Discussion Papers No 111
- **Haggard, S.** (1990) Pathways from the Periphery: The Politics of Growth in the Newly Industrializing Countries. Cornell University Press
- **Harrod, R. F.** (1948) Towards a Dynamic Economics, Macmillan
- **Hansmann, Henry** (1988) "Ownership of the Firm" Journal of Law, Economics and Organization, vol. 4, No 2
- **Hart, Oliver** (1988) "Incomplete Contracts and the Theory of the Firm", Journal of Law, Economics and Organization, vol. 4, no 1
- **Hirschman, A.**(1971) "The Political Economy of Import Substituting Industrialization in Latina America" em Hirschman, A. A Bias for Hope: Essays on Development and Latina American, New Haven, Yale University Press
- **Hirschmann, A. O.** (1958) "El Desarrollo desde el punto de vista de los enlaces generalizados, con referencia especial a los bienes básicos" em Hirschmann, A. O. (1984) De La Economia a La Politica y Mas Alla, Fondo de Cultura Económica
- **Kaldor, N.** (1966) Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom, Cambridge University Press
- **Kaldor, N.** (1970) "The Case for Regional Policies" Scottish Journal of Political Economy, November
- **Kaldor, N.** (1978) Further Essays on Economic Theory, Duckworth
- **Kalecki, M** Theory of Economic Dynamics, Unwin University Press, 1969
- **Keynes, J. M.** (1964) General Theory, Harbinger Book
- **Krugman, P.**(1993) Geography and Trade, MIT Press
- **Krugman. P.** (1981) "Trade Accumulations and Uneven Development" Journal of Development Economics, 8
- **Lewis, A.** (1954) "Economic Development with Unlimited Supplies of Labour" Manchester School, 22
- **List, F.** (1857) The National System of Political Economy, Philadelphia 1857
- **Maddison, A.** (1984) Phases of Capitalist Development, Oxford University Press
- **Marx, K.** (1971) O Capital, Civilização Brasileira.
- **Mc Combie, J. S. L., Thirwall, A. P.** (1994) Economic Growth and the Balance-of-Payments Constraint, Basingstoke, UK, Macmillan
- **North, D.**(1989) "Institutions and Economic Growth: An Historical Introduction" World Development, vol 17, No 9
- **Nurkse, R.** (1957) Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos, Civilização Brasileira
- **Polanyi, K.** (1944) "The Self-regulating Market and the Fictitious Commodities: Land, Labor and Money" em Polanyi, K. (1944) The Great Transformation, Rinehart, N. York
- **Polanyi, K.** (1957) "The Economy as a Instituted Process" em Dalton, G. (edit) (1968) Primitive, Archaic and Modern Economies Essays of Karl Polanyi, Beacon
- **Prebisch, R** (1949) "The Economic Development of Latin America and Some of Its Principal Problems", CEPAL
- **Prebisch, R.** (1963) "Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano", Revista Brasileira de Ciências Sociais, março
- **Robinson, J.** (1964) Filosofia Econômica, Zahar

- **Romer, P** (1990) "Endogenous Technological Change", Journal of Political Economy, vol 98, No 5
- **Rowthorn, R.**(1996) "East Asian Development: The Flying Geese Paradigm Reconsidered" UNCTAD, Studies no 8
- **Serrano, F.**(1996) "The Sraffian Supermultiplier" tese de doutorado, Universidade de Cambridge
- **Schumpeter, J. A.** (1942) "Can Capitalism Survive?" em Schumpeter, J. A. (1942) Capitalism Socialism and Democracy, Harper Colophon Books
- **Singh, A.** (1994) "Growing Independently of the World Economy: Asian Economic Development since 1980" UNCTAD Review 1994
- **Singh, A.**(1996) "Savings, Investment and the Corporation in The East Asian Miracle" UNCTAD, Studies no 9
- **Silverberg, G.; Lehnert, D.** (1994) "Growth Fluctuations in an Evolutionary Model of Creative Destruction" em Silverberg, G; Soete, L. (orgs, 1994) The Economics of Growth and Technical Change, Edward Elgar Publishing Limited
- **Summers, L.H.; de Long, J. B.** (1991)"Equipment Investment and Economic Growth" The Quarterly Journal of Economics (maio)
- **Tavares, M. C.** (1974) "Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil", Tese de Livre Docência, Rio de Janeiro, UFRJ
- **Tavares, M. C.** (1986) "Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Tardios y Perifericos" IEI, textos para discussão 94
- **Thirlwall, A. P.** (1983) "A Plain Man's Guide to Kaldor's Growth Laws" em JPKE, vol 5 No 3
- **Thirlwall, A. P.** (1983) "Foreign Trade Elasticities in Centre-Periphery Models of Growth and Development" Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review, 36
- **Thirlwall, A. P.** (1986) "A General Model of Growth and Development on Kaldorian Lines" Oxford Economic Papers, vol 38, No 2
- **Veblen, T.** (1899) A Teoria da Classe Ociosa, Um Estudo Econômico das Instituições , edição Os Pensadores, Abril Cultural, 1980
- **Wade, R.**(1990) Governing the Market, cap. 1, Princeton University Press
- **Wade, R.**(1995) "East Asia's Economic Success. Conflicting Perspectives, Partial Insights, Shaky Evidence", World Politics
- **Wolff, E. N.** (1994) "Productivity Growth and Capital Intensity on the Sector and Industry Level: Specialization among OECD Countries, 1970-1988 em Silverberg G., Soete, L. eds (1994) The Economics of Growth and Technical Change, Edward Elgar Publishing Limited